



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

09 DEZ 2008

Protocolo 136/08

Processo 133/08

Recebido. Autue-se
e inclua em pauta.
Em 07/12/2008

1º Secretário

Nº 133/08

PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR



AUTOR DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO - PTN

Dá Nova Redação ao §8º do Artigo 5º
da Lei Complementar nº 420 de 09 de
janeiro de 2008.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. O § 8º do artigo 5º, da Lei Complementar nº. 420, de 09 de janeiro de 2008, que
"Institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do
Estado de Rondônia", diretamente ligado à Secretaria de Estado da Educação, passam a vigorar
com a seguinte redação:

"Art. 5º.

§ 8º. Os atuais detentores do cargo denominado Técnico em Assuntos Educacionais,
permanecerão enquadrados no atual cargo, recebendo remuneração e demais vantagens idênticas
aos profissionais de nível superior do quadro Técnico Administrativo Educacional Nível 3, na
forma prevista nesta Lei Complementar.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, em 09 de dezembro de 2008.


Luiz Claudio
Deputado Estadual



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR

Nº _____



AUTOR DEPUTADO LUIZ CLAUDIO - PTN

JUSTIFICATIVA

A Lei Complementar nº 420 de 09 de janeiro de 2008, que instituiu o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia, representa um grande avanço para a categoria da educação, visto que suas bases foi amplamente debatida entre os profissionais e o Estado, tendo como resultado um ganho econômico e profissional para os componentes dos quadros da educação.

Acontece que, apesar dos benefícios trazidos a quase todos os profissionais, um grupo de servidores da educação, qualificados como "Técnicos em Assuntos Educacionais" foi discriminado com a redação dada ao § 8º do Artigo 5º da citada Lei, visto que, tal grupo de profissionais teve apenas a garantia do direito adquirido e da irredutibilidade salarial. Como foram colocados em quadro de extinção, conforme o § 9º da aludida Lei, deixando claro que tal fato por si só não caracteriza prejuízo, esses profissionais não tiveram garantidas as vantagens asseguradas aos profissionais da estrutura atual.

Deste modo, se faz necessário que os mesmos tenham garantidos os direitos quanto a remuneração e demais vantagens profissionais dadas aos servidores da ativa, que como aqueles, possuem nível superior.

Por todo visto, e por ser da mais cristalina justiça, é que o § 8º do Artigo 5º da citada Lei, deve ser alterado conforme projeto apresentado.